COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 3.154, DE 2015

Dispõe sobre vigilantes nas áreas de estacionamento de estabelecimentos comerciais.

Autor: **Deputado CLEBER VERDE**

Relator: **Deputado LINCOLN PORTELA**

I – RELATÓRIO

O projeto trata de obrigar os estabelecimentos comerciais que ofereçam área de estacionamento aos clientes que as provejam de vigilância particular. Adota o critério de um vigente a partir de 30 vagas até 250 e mais um a cada 250 vagas adicionais. Estabelece que os vigilantes devem estar presentes enquanto houver cliente no estabelecimento. Concede o prazo de noventa dias para o cumprimento da lei, para cuja infração impõe multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por vigilante necessário, dobrada na reincidência e com interdição do estabelecimento até regularização na terceira incidência.

Na Justificativa o ilustre autor alega que a despeito de os estabelecimentos não se responsabilizarem por objetos deixados no interior do veículo, não se coaduna com o teor da Súmula 130 do STJ, segundo a qual “a empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorrido em seu estacionamento”. Informa que a responsabilidade é objetiva, com amparo no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, cabendo o ônus da prova em contrário ao estabelecimento diante da apresentação de

reclamação pelo cliente. Cita jurisprudência para fundamentar a necessidade da proposição, em sintonia com o entendimento dos tribunais.

Apresentado em 30/09/2015, a 8 do mês seguinte foi apensado ao PL 6864/2013, que “dispõe sobre serviços privados de estacionamento e de manobra e guarda de veículos em áreas comerciais”, atualmente com dez apensados e por sua vez apensado ao PL 6387/2013, que “dispõe sobre a apresentação de planilhas de custos de gestores de estacionamentos nos estabelecimentos que especifica”.

Em 03/05/2017 o nobre autor requereu a desapensação, inicialmente indeferida, mas revista em 29/05/2017, submetendo a proposição à apreciação conclusiva pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a segunda para efeito do disposto no art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sob o regime de tramitação ordinário.

Transcorrido o prazo regimental, não foi apresentada qualquer emenda e tendo sendo designado em 11/07/2017 como relator, cumprimos o honroso dever neste momento.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

É da alçada desta Comissão Permanente a análise do mérito de matéria atinente a “violência urbana”, “proteção a vítimas de crime” e “políticas de segurança pública”, nos termos do disposto no RICD (art. 32, inciso XXI, alíneas ‘b’, ‘c’ e ‘g’).

O enfoque deste parecer, nesse passo, será o da viabilidade da obrigatoriedade de provisão de vigilância nos estacionamentos privados, deixando a análise acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa a cargo da comissão pertinente, a CCJC, uma vez que observamos a existência de óbices desse teor que não nos cabe analisar.

Cumprimentamos o ilustre autor pela preocupação em aperfeiçoar o ordenamento jurídico, no sentido de conferir mais proteção aos cidadãos em geral, vítimas potenciais da ação de delinquentes nos estacionamentos privados.

Com efeito, a jurisprudência coligida e a justificativa do nobre autor, pelos seus próprios fundamentos, nos convencem a ser favoráveis à proposição, nos termos de seu conteúdo, com a ressalva da necessária adequação segundo a melhor técnica legislativa, apreciação esta a cargo da douta CCJC.

Pelas razões expostas convidamos os nobres pares a votarem conosco pela aprovação do PL 3154/2015.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado LINCOLN PORTELA

PRB-MG